

CONCLUSÕES

Com a conferência “**Floresta Mediterrânica – abordagens inovadoras na gestão e nos mercados**” foram apresentados alguns exemplos de abordagens inovadoras no setor florestal.

Sendo um sector considerado “tradicional” e por isso geralmente associado a uma baixa taxa de inovação, em particular na produção, é importante dar a conhecer iniciativas que promovem a alteração do “status quo” pela introdução de processos de mudança.

Os exemplos apresentados e debatidos nesta conferência, e que tem correspondência efetiva no terreno e na economia, são extremamente relevantes porque demonstram a capacidade de promoção da inovação que está a impulsionar o sector:

1. Na promoção e integração de investimentos a AFLOBEI explicou as possibilidades existentes com as ZIF - Zonas de Intervenção Florestal, não obstante o facto dos programas de apoio ao investimento ainda necessitarem de adaptações a este modelo de veículo de investimento.
2. Com a certificação florestal, a ACHAR evidenciou as mais valias deste importante instrumento de mercado, ao possibilitar uma valorização e o escoamento preferencial do produto, e que está a suscitar muita adesão por parte dos produtores florestais.
3. A ANSUB comprovou as mais valias existentes numa abordagem profissional aos mercados florestais, com os ganhos inerentes a uma subida na cadeia de valor do pinhão.
4. Com o exemplo da Plataforma de transação de cortiça, a APFC demonstrou a importância da organização da oferta de matéria-prima, quer para os produtores quer para a indústria.

PRIORIDADES UNAC

Não queríamos deixar passar esta oportunidade sem referenciar o que são os parâmetros que fazem a realidade atual deste sector e apresentar publicamente o que são as prioridades da UNAC para a floresta mediterrânica.

Este conjunto de realidades/necessidades, que dividimos em 5+5, permitem caracterizar uma situação de partida e estabelecer orientações que permitam promover uma floresta mais forte, que seja garante de matéria-prima de um sector industrial de base nacional e valor de forte valor acrescentado.

A realidade em que nos enquadramos é a seguinte:

1. **A floresta tem que ser uma atividade económica rentável.** Essa rentabilidade tem que motivar os empresários florestais a investir numa atividade em o retorno apesar de apelativo é de longo prazo e pouco consonante com a velocidade a que o mundo se move nos nossos tempos.
2. **A estrutura fundiária e o tipo de empresário estão a desviar-se do padrão ótimo.** Cada vez há uma maior divisão da propriedade e maior número de empresários de uma menor dimensão.

3. **Vivemos num quadro de concentração industrial crescente.** O Estado tem que ser garante de funcionamento das regras de mercado e de que não existe uso abusivo desta situação por parte da componente mais a jusante da fileira
4. **Somos líderes mundiais** de algumas produções, nomeadamente da cortiça, e atores importantes no pinho manso e no eucalipto. Este facto que tantas vezes comunicamos com orgulho, deixa-nos mais sozinhos na investigação e desenvolvimento. Temos que investigar mais e melhor a nossa realidade produtiva.
5. **Garantimos pela gestão ativa das nossas explorações um sistema de produção agro-silvo-pastoril que promove um ecossistema de elevado valor ambiental.** Conseguimos através da nossa atividade diária assegurar serviços de natureza ambiental (combate à desertificação, sequestro de carbono, conservação do solo, regularização do ciclo hidrológico e proteção e conservação de um conjunto de espécies e habitats de elevado valor) que dão aos sistemas agro-florestais mediterrânicos o reconhecimento como elemento estrutural estabilizador do meio ambiente.

Para que exista mais futuro para este sector e para que se reforce o seu contributo para a economia nacional, para ordenamento do território e para a diminuição das assimetrias regionais é essencial:

1. Reconhecer as especificidades das várias realidades florestais portuguesas, tão corretamente identificadas pela EFN 2006, e delinear as políticas com esse enquadramento, promovendo uma gestão agro-florestal ativa e profissional como o único garante da sustentabilidade destes territórios **(A floresta mediterrânica gerida de média/grande propriedade vs floresta atlântica e de montanha do micro/minifúndio do centro norte)**.
2. Promover a Inovação IE & D, definindo o que são as necessidades prioritárias em termos de conhecimento florestal, de forma a orientar a investigação para os resultados que o setor necessita **(estamos sozinho a investigar, ninguém o vem fazer por nós é essencialmente gritante no sobreiro e no pinheiro manso)**.
3. Implementar um programa de apoio ao investimento florestal prioritariamente direcionado para as necessidades mais prementes do setor: recuperação e melhoria do potencial produtivo, formação contínua dos povoamentos, sanidade florestal e certificação florestal nas fileiras mais importantes e com maior interesse estratégico - sobreiro/cortiça, pasta/papel, pinha/ pinhão e madeira /mobiliário. **(Taxas de apoio da dimensão das do PRODER são insuficientes tendo em conta as características económicas do sector e o prazo de recuperação dos investimentos)**.
4. Garantir a elegibilidade das áreas de sobreiro, azinheira e pinheiro manso para efeito dos pagamentos diretos aos agricultores no âmbito da PAC pós-2013, reconhecendo-se o valor estratégico que os sistemas agro-florestais extensivos têm para Portugal. Incluindo o ligamento das ajudas às atividades da produção pecuária extensiva ao nível máximo admitido pela Comissão Europeia e uma rápida transição para um pagamento de base regional. **(a manutenção das características agro-silvo-pastoris do sistema são essenciais á captação da**

mais-valias ambientais proporcionadas pelo ecossistema – o pilar pecuário é essencial para a vivência e para uma maior presença humana nesta realidade económica).

5. Assegurar a progressiva qualificação profissional das entidades e agentes com intervenção no sector florestal, reforçando a formação profissional, as ações de divulgação do conhecimento e a introdução e processos inovadores.

Se nos situarmos na nossa realidade e a conhecermos adequadamente, o que pensamos estar bem equacionado/identificado pelos inúmeros estudos com conclusões idênticas que as últimas décadas de trabalho académico têm produzido, para que tenhamos resultado precisamos de implementar medidas/ações que desenvolvam as potencialidades e reduzam as fragilidades do sistema - é isso que aqui propomos.

Não queremos mais recursos, não queremos nada de extraordinário, mas exigimos que os recursos que estão ao nosso alcance (fundos europeus, meios humanos e materiais do estado português e do sistema de ensino e investigação, meios humanos, materiais e presença de proximidade das organizações associativas), sejam utilizados de modo eficiente.

Enquanto se pensar que as políticas se fazem não envolvendo nas decisões desde o início os seus destinatários finais, não conseguiremos inverter os maus resultados que temos vindo a acumular.

Não melhorar, neste sector, não é ficar na mesma é andar para trás, pois os resultados das nossas ações de hoje têm efeito só no médio e longo prazo.

Para obter resultados, para além tudo o que hoje aqui foi dito, precisamos de uma produção motivada, de uma indústria que transmita valor à base produtiva e de um Estado parceiro.